



Colégios católicos processam Ministério da Educação

Ensino. Associação Católica vai processar o Estado por corte no financiamento e prepara protestos. Igreja considera acções "oportunas"

RITA CARVALHO

A Associação Portuguesa de Escolas Católicas (APEC) vai processar o Estado por ter alterado as regras de financiamento do ensino particular e cooperativo, "pondo em risco milhares de alunos, professores e funcionários". Na luta contra o Governo, os colégios prometem acções de rua, como uma manifestação nacional, e intervenções nos roteiros presidenciais. E contam com o apoio da Igreja, que considera as acções "oportunas" e aproveita para pedir "razoabilidade" ao Ministério da Educação.

Entre as acções que estão a ser ponderadas incluem-se pedidos de indemnização ao Estado e a obtenção de pareceres sobre a constitucionalidade da portaria e do decreto-lei aprovados pelo Governo, avançou ao DN o padre Querubim Silva, presidente da APEC. Estas medidas políticas, aprovadas recentemente e promulgadas pelo Presidente da República no final do ano, contemplam uma redução do financiamento anual por turma de 114 para 80 mil euros, a partir de Setembro, e o corte no número de turmas nas escolas com as quais o Governo tem contratos de associação. Estabelecimentos privados onde os alunos não pagam propinas e o seu ensino é financiado pelo Estado.

A Associação de Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP) – a que pertencem também os associados da Associação Católica e que tem estado nas negociações com o ministério – também está a estudar a possibilidade de ir para tribunal.

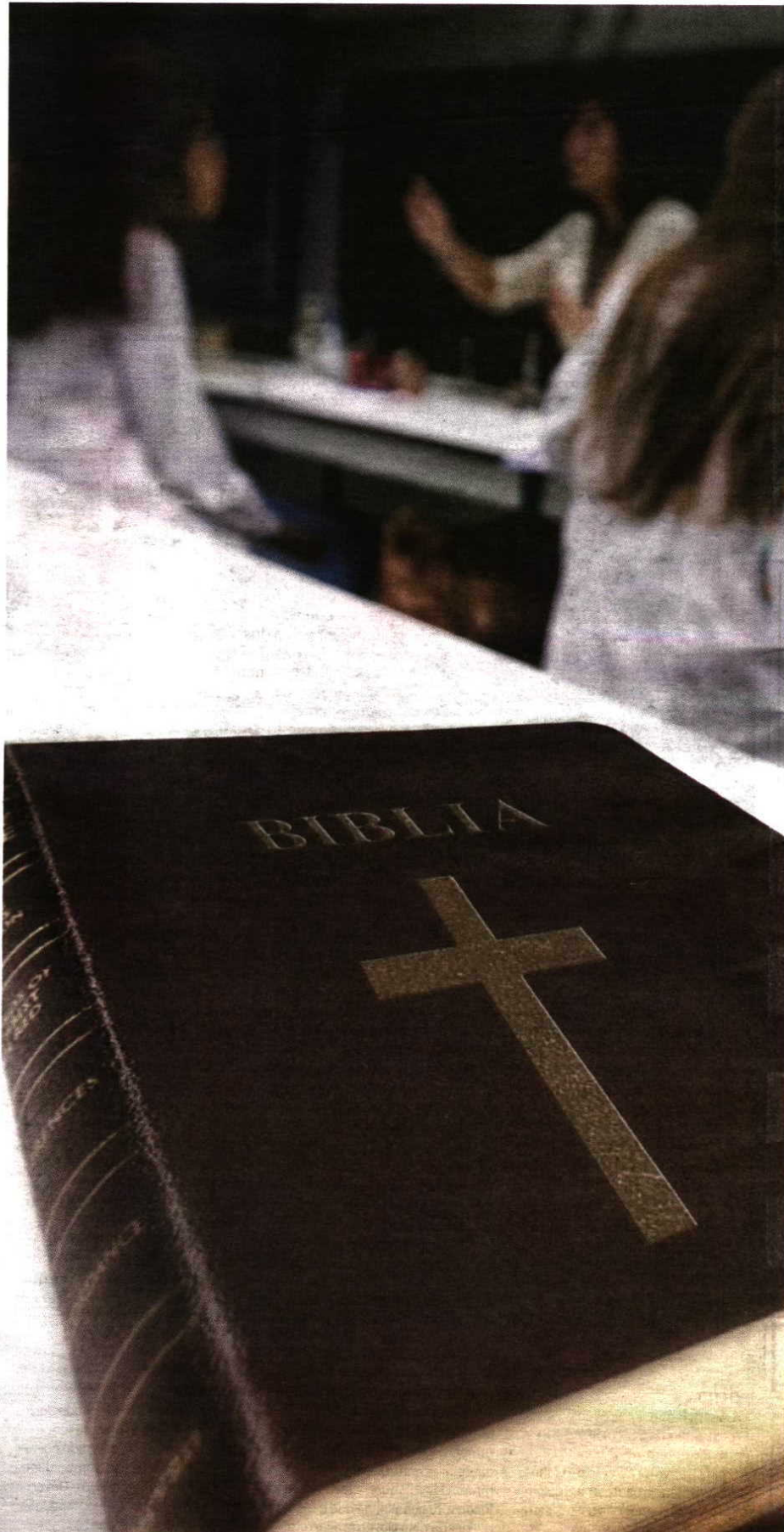
A estas acções judiciais deverão juntar-se outras manifestações públicas com o objectivo de sensibilizar a opinião pública para o problema, acrescenta Alfredo Cerca, director do Externato de Penafirme, em Torres Vedras, e presidente da Assembleia Geral da

AEEP. "Vamos criar um gabinete de crise e actuar a nível global. Estamos a considerar uma manifestação nacional e a intervenção nos roteiros presidenciais", afirmou o responsável que ontem esteve numa reunião em Coimbra onde foram delineadas algumas acções.

A primeira será já no domingo, no Externato de Penafirme, e consistirá num encontro de pais, professores e responsáveis de várias escolas. Depois, um grupo liderado pelos pais do externato fará uma interpelação ao Presidente da República. Segundo apurou o DN, o candidato presidencial estará na zona, em campanha, e irá receber um grupo que lhe cantará as janeiras. "Depois, uma delegação desse grupo irá falar-lhe e expor a questão", explicou Alfredo Cerca, que não esconde que preferia ter visto Cavaco Silva vetar o decreto.

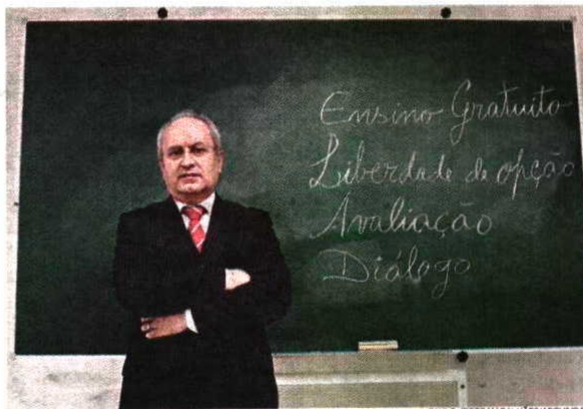
Manuel Morujão, porta-voz dos bispos, diz não conhecer todas as acções que estão a ser planeadas. Mas sublinha: "Certamente que todas as acções, dentro do espírito democrático, são oportunas para abrir os olhos à opinião pública e ao Governo para a injustiça que é pôr de lado o ensino público que é prestado por estas escolas privadas." O porta-voz da Conferência Episcopal lembra ainda que vários bispos já se pronunciaram contra a posição do Governo e que a sua opinião foi transmitida pessoalmente ao Presidente da República e ao ministro da Presidência.

Contactado pelo DN, o ME considerou "que os valores propostos são suficientes para o funcionamento das escolas", acrescentando que "há já um número de escolas deste sector de ensino que recebem menos que o valor definido pelo ME para o próximo ano". Sobre eventuais despedimentos (*texto ao lado*), o gabinete de Isabel Alçada não "comenta opções de gestão de recursos humanos". Ontem, o CDS pediu a presença da ministra no Parlamento.



Associação alerta para "despedimentos em massa" de professores já este mês

REVOLTA Os 93 colégios com contrato de associação reuniram ontem em Coimbra e traçam cenário muito pessimista para o futuro



João Alvarenga fala em ambiente de "revolta" nos colégios privados

Alguns colégios com contratos de associação "já fizeram reuniões com professores em que foram discutidas reorganizações tendo em vista despedimentos", alguns dos quais poderão acontecer "já a partir de Janeiro". Em causa estão os cortes no financiamento destas instituições, cujo apoio estatal por turma passará de 114 mil para 80 mil euros anuais a partir de Setembro próximo.

A situação foi assumida ontem ao DN por João Alvarenga, presidente da Associação de Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo (AEEP), após uma reunião em Coimbra que juntou representantes dos 93 colégios que mantêm estes vínculos com o Ministério da Educação (ME), através dos quais oferecem ensino gratuito aos alunos (ver P&R).

Segundo Alvarenga, mesmo com o ME a adoptar um período de transição entre Janeiro e Setembro, no qual as escolas terão um apoio de "transição" equivalente a 90 mil euros anuais por turma, "já há colégios para os quais até esta verba intermédia é insuficiente para responder aos compromissos existentes".

O também director do Colégio Didálvi, de Barcelos, avisou ainda que o cenário será bem pior a partir do início do próximo ano lectivo, com os "despedimentos em massa de professores" a tornarem-se inevitáveis "caso não seja possível encontrar uma alternativa ao actual modelo de financiamento aprovado pelo ministério".

Da reunião de ontem, João Alva-

renga descreveu um ambiente de indignação geral: "Os colégios com contratos de associação estão todos revoltados, porque já estão a prever enormes dificuldades", lamentou. "No fundo, cumpre-se o

que tínhamos previsto: um cenário de enorme instabilidade nas escolas caso o ministério mantivesse a sua posição."

O decreto-lei do Governo que altera o regime de apoio ao particular e cooperativo foi promulgado pelo Presidente da República nos últimos dias de Dezembro, depois de Cavaco Silva ter imposto cedências ao Governo em nome da "segurança jurídica" destes colégios.

O Ministério da Educação manteve o objectivo de acabar com a renovação automática dos vínculos com estes colégios. Em contrapartida, comprometeu-se a celebrar contratos plurianuais com as escolas, válidos pelo menos por um ciclo de escolaridade.

A ministra Isabel Alçada anunciou ainda que, até final deste mês, será divulgada a lista de colégios que poderão perder o financiamento de parte das suas turmas no próximo ano lectivo, por existirem alternativas na rede pública. O corte de turmas, variável em função da oferta pública, vai atingir anos de início de ciclo de escolaridade - nomeadamente o 5.º, 7.º e 10.º anos. O ME garante que alunos já inscritos não serão afectados.

DENÚNCIA

Sindicato acusa três colégios de ameaças

O Sindicato de Professores da região centro acusou ontem três colégios de ameaçarem 37 professores de despedimento, invocando os cortes no financiamento do sector. À agência Lusa, António Caldeira, do SPRC, identificou o Instituto D. João V (Lourival) e os colégios Luís Pereira da Costa (Monte Redondo) e Quialos (Figueira da Foz) como tendo docentes "ameaçados de despedimento e pressionados a aceitar a transferência" para outras escolas. Os colégios são do grupo GPS, que a Lusa referiu ter contactado sem sucesso.

Externato Penafirme corta salários

REDUÇÃO No Externato de Penafirme, uma das primeiras escolas católicas a manifestarem-se contra as medidas do Governo, os professores já vão ter reduções no salário este mês. Isto porque a verba do ministério foi reduzida em 135 mil euros - cortes na ordem dos 24% - e "é preciso salvaguardar a actividade lectiva dos alunos", explicou ao DN Alfredo Cerca, director do estabelecimento de ensino.

O colégio, que tem cerca de

1800 alunos do 5.º ao 12.º anos, vai também cortar nas actividades extracurriculares e nas actividades não lectivas dos alunos. Além de ter reduzido o subsídio de alimentação e o seguro de saúde.

"Vamos receber 434 mil euros por mês e temos despesas com vencimentos e encargos sociais na ordem dos 450 mil. Por isso, estamos a cortar nas horas dos professores com mais de 22 horas semanais", acrescentou Alfredo Cerca,

sublinhando que há um enorme descontentamento entre os docentes. O director não garante que a escola funcione até final do ano.

O colégio tem contrato de associação com o Ministério da Educação há 36 anos. E é aqui que estudam os seminaristas mais novos do regime. "É inadmissível que o Governo mude as regras agora", afirmou. O externato vai deixar de receber 110 mil euros/turma por ano e receber 90 mil euros.

P&R

Porque financia o Estado colégios privados?

Os contratos com colégios do ensino particular e cooperativo surgiram nos anos 80 para garantir ensino gratuito em áreas onde a rede pública de escolas era deficitária.

Porque quer o Governo rever estes contratos?

Por um lado, para evitar a duplicação do investimento público, já que entretanto surgiram escolas públicas em áreas que eram servidas por estes colégios. Por outro, porque, diz o Governo, estes colégios recebiam 114 mil euros anuais por turma, quando a despesa média no Estado - segundo o Ministério da Educação - é de 80 mil euros.

Os contribuintes estavam a financiar colégios para crianças de famílias abastadas?

É uma ideia errada. Os colégios com contrato de associação não cobram propinas a nenhum aluno e estão abertos a todos os estudantes tal como as escolas públicas. Em alguns casos têm até maior concentração de alunos de classes mais desfavorecidas do ponto de vista socio-económico.

Os contratos de associação são o único exemplo de apoio público ao ensino privado?

Não. Além dos contratos de associação, celebrados com 93 colégios - em que o Estado financia integralmente estes estabelecimentos -, existem outros vínculos, como contratos simples e de patrocínio, em que são subsidiados apenas alguns alunos, por regra carenciados. No total, cerca de 500 escolas, com 80 mil alunos e mais de 10 mil professores e funcionários beneficiam destas parcerias. O "privado" custa anualmente mais de 300 milhões de euros ao Estado que, em 2011, conta cortar 70 milhões a essa verba.

O que vai acontecer a estes colégios no próximo ano lectivo?

Os colégios com contrato de associação, além de sofrerem uma redução nos apoios, poderão também perder turmas no 5.º, 7.º e 10.º anos - em função das alternativas existentes na rede pública. Os colégios com outros tipos de contrato não deverão sofrer mais cortes.

Os colégios "ricos" também recebem apoio do Estado?

Alguns colégios frequentados por classes mais altas - como o São João de Brito, em Lisboa - tinham contratos simples com o Ministério da Educação, através dos quais era subsidiada a frequência, mas apenas de alunos mais pobres. Esses casos são cada vez mais raros.

REAÇÕES



JOÃO ALVARENGA AEEP

“

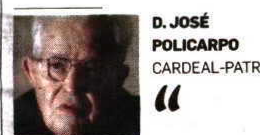
Alguns colégios já fizeram reuniões com professores em que foram discutidas reorganizações tendo em vista despedimentos (...)"



MANUEL MORUJÃO PORTA-VOZ CEP

“

Certamente que todas as acções, dentro do espírito democrático, são oportunas para abrir os olhos à opinião pública e ao Governo para a injustiça que é pôr de lado o ensino público que é prestado por estas escolas privadas"



D. JOSÉ POLICARPO CARDEAL-PATR.

“

Todos os problemas da relação do Estado com a Igreja devem resolver-se por cooperação e em ordem ao bem comum. Acho que este princípio não foi respeitado quando se pôs em questão o contrato de associação, o que até soubemos pelos jornais"



D. JORGE ORTIGA PRES. CEP

“

Com as medidas agora tomadas, não é só uma questão económica que está em causa, mas a quase imposição de um modelo único de educação"



ISABEL ALÇADA MINISTRA

“

Estamos a trabalhar para realizar alguns ajustamentos. Não vamos encerrar escolas, vamos rever alguns contratos com estabelecimentos do sector privado e cooperativo"



Colégios católicos processam Ministério da Educação

Cortes. Igreja Católica apoia escolas nas acções judiciais e manifestações contra o Governo

Associação de escolas católicas prepara acções judiciais contra o Estado devido a cortes no financiamento dos colégios com contrato

de associação. Estão ainda agendados protestos de rua e interpelações aos candidatos presidenciais. Acções que merecem a aprovação

e o apoio da hierarquia da Igreja Católica, que apela "à razoabilidade do Ministério da Educação". Já a Associação do Ensino Particular,

que representa todo o sector privado e cooperativo, prevê despedimentos em massa, já a partir deste mês. **ACTUAL** PÁGS. 4 E 5